PARECER JURÍDICO

Interessado: *Secretaria Municipal de Saúde de Santana do Araguaia – Fundo Municipal*

Processo Licitatório 027/2017 - Pregão Presencial nº 022/2017/SRP/FMS

Objeto: *Registro de Preços para futura aquisição de peças para veículos para atender as necessidades da Secretaria de Saúde em 2017.*

Trata-se o presente processo licitatório – PREGÃO PRESENCIAL – para contratação de empresa de fornecimento de peças para veículos a fim de atender as necessidades da Secretaria municipal de Saúde do município de Santana do Araguaia-PA no ano de 2017, mais precisamente reposição de peças das ambulâncias e demais veículos de apoio ao Fundo Municipal de Saúde.

Consta nos autos Parecer Jurídico prévio onde foram analisadas as questões pertinentes a fase preparatória do Pregão Presencial ora sob análise (Art.3º da Lei 10.520/2002), o que por consequência dispensa novo parecer a respeito quanto a fase interna do Pregão, **fazendo aquele parte integrante deste Parecer.**

Desta forma, será objeto de análise neste parecer a fase externa do Pregão (Art.4º e seguintes da Lei 10.520/2002). Vejamos.

A convocação dos interessados foi efetuada mediante publicação de aviso na imprensa oficial (DOU e DOE), bem como no sítio eletrônico da Prefeitura municipal e Quadro de Aviso das publicações municipais, obedecendo ao prazo mínimo de oito (08) dias úteis entre as publicações e data para apresentação das

propostas (Art. 4º, incisos I e V da Lei 10.520/2002). Frise-se que não circula, na cidade de Santana do Araguaia, Jornal local e ou regional.

O referido aviso e o Edital preenchem os requisitos estabelecidos na legislação.

No dia, local e horário designados foi realizada a sessão pública para recebimento das propostas e demais etapas concernentes à sessão, onde também, foram verificados os documentos pertinentes das empresas, sendo tudo devidamente registrado em ATA.

Constata-se pela Ata do dia 30/03/2017 que compareceram duas (02) empresas interessadas e na sessão pública do pregão foram credenciadas. Prosseguindo, na fase de lances, ambas disputaram preços chegando ao final:

- 1) com menor preço, no valor de R\$-80.000,00 (oitenta mil Reais) a empresa C. FARIAS COSTA –ME;
- 2) em segunda colocação, no valor de R\$-83.500,00 (oitenta e três mil e quinhentos) a empresa ANHANGUERA AUTO CAR LTDA-EPP.

Em seguida, o Pregoeiro abriu os envelopes de habilitação e constatou que a empresa C. FARIAS COSTA LTDA-EPP não apresentou Atestado de capacidade técnica compatível com a exigência do edital, bem como não apresentou Balanço patrimonial. E MAIS, a Certidão de regularidade Fiscal perante a FAZENDA ESTADUAL já não tinha mais validade por que a Fazenda Estadual positivou a empresa na data de 25/03/2017 em razão de contas correntes vencidas, deixando assim de cumprir com a regularidade fiscal junto ao fisco Estadual. Diante disso, o Pregoeiro INABILITOU a empresa C. FARIAS COSTA LTDA-EPP e deu sequência ao certame com a empresa segunda colocada na fase de lances.

Constatou-se que a empresa ANHANGUERA AUTO CAR LTDA-EPP apresentou toda a documentação exigida e por isso foi habilitada, sendo a mesma declarada vencedora do Certame.

Não houve manifestação de interesse em recorrer por qualquer empresa, ficando definida a vencedora do certame sem qualquer questionamento.

Os documentos apresentados pela empresa vencedora do certame estão de acordo com a legislação e exigências do Edital.

A par disto, a licitação garantiu a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionou a proposta mais vantajosa para a administração, sendo também observados os princípios básicos da **legalidade**, da **impessoalidade**, da **moralidade**, da **igualdade**, da **publicidade**, da **proibidade administrativa**, da vinculação ao instrumento convocatório (edital).

Dessa forma, inexistindo vício legal ou administrativo que possa macular o processo, salvo melhor juízo da autoridade superior, opina-se pela adjudicação e homologação da presente licitação.

É o parecer, para apreciação da autoridade superior.

Santana do Araguaia-PA, 07 de abril de 2017.

GUSTAVO OLIVEIRA ROCHA
OAB/PA 22.754